

Revista *Em discussão!* sobre o novo Código Florestal será lançada hoje **8**

Retorna à Câmara proposta que regula profissão de motorista **6**

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



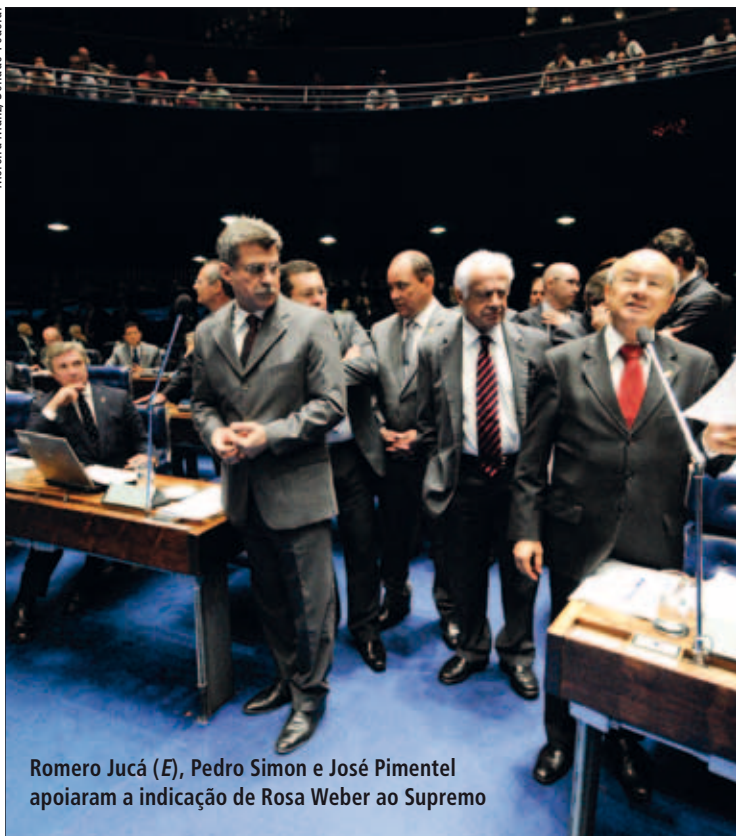
JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.582 – Brasília, quarta-feira, 14 de dezembro de 2011



Marcia Maniz/Senado Federal



Romero Jucá (E), Pedro Simon e José Pimentel apoiaram a indicação de Rosa Weber ao Supremo

Rosa Weber recebe aprovação para integrar STF

Hoje no Tribunal Superior do Trabalho, a nova ministra do Supremo Tribunal Federal indicada pela presidente Dilma Rousseff ocupará vaga deixada por Ellen Gracie

Com 57 votos a 14 e 1 abstenção, o Senado aprovou ontem a indicação de Rosa Maria Weber Candiota da Rosa para ministra do STF. Ela ocupará a vaga de Ellen Gracie, que se aposentou em agosto. Pedro Taques e Demóstenes Torres questionaram o conhecimento jurídico da

indicada. Já Pedro Simon fez defesa veementemente da nova ministra, também elogiada por Marta Suplicy, Marcelo Crivella, José Pimentel, Romero Jucá, Wellington Dias e Ivo Cassol. Gaúcha, Rosa Weber é juíza do Trabalho desde 1976 e se tornou ministra do TST em 2006. **4 e 5**

Projeto ajuda aluno sem emprego

Comissão de Assuntos Econômicos aprova iniciativa que visa aumentar chances de inscritos

no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) no mercado de trabalho. **6**



Delcídio do Amaral preside reunião da CAE: objetivo é a qualificação profissional do estudante

José Cruz/Senado Federal



Senadora Vanessa Grazziotin fala em audiência sobre a imunização de mulheres pelo SUS

Comissão debate vacina anti-HPV

Senado avalia a inclusão na rede pública de vacina contra o HPV, vírus capaz de causar o

câncer de colo de útero. O governo diz que estuda a iniciativa, mas rejeita que seja por lei. **7**

Marcia Kolumbe/Senado Federal

Ministérios terão aporte de R\$ 164,1 milhões **4**

Assine a newsletter do Jornal do Senado
www.senado.gov.br/jornal

Comissão rejeita convite para ministro falar sobre denúncias

Oposicionistas queriam ouvir esclarecimentos do ministro Fernando Pimentel, do Desenvolvimento. **5**

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Dom Tomás Balduino (D), bispo emérito de Goiás, na sessão especial dedicada à luta pelos direitos humanos

Senado entrega comenda Dom Helder

Pelo segundo ano, o Senado homenageou, com a comenda Dom Helder Camara, brasileiros que se destacaram

na luta pelos direitos humanos. Seis nomes foram selecionados entre 35 indicações de todo o país. **3**

Encarte destaca importância do arquivo legislativo





Walter Pinheiro, Lídice da Mata e João Durval: programa teve participação recorde

Bahia vive bom momento, apontam senadores

Bancada baiana participou do programa *Assunto de Estado*, da TV Senado, e atribuiu bom momento da economia à interiorização do crescimento e à importância das obras da Copa do Mundo de 2014

REUNIDOS NO PROGRAMA *Assunto de Estado* da última segunda-feira, João Durval (PDT), Lídice da Mata (PSB) e Walter Pinheiro (PT) foram unânimes em ressaltar o bom momento da economia da Bahia, destacando fatores como a valorização do interior do estado e as obras para a realização da Copa do Mundo de 2014.

Transmitido pela TV e pela Rádio Senado, o programa registrou recorde de participação do público por meio do serviço Alô Senado (0800-612211) e pela internet.

Lídice da Mata deu início ao debate apontando a

importância dos esforços pela interiorização da economia baiana, ainda muito concentrada na região metropolitana de Salvador.

João Durval destacou a diversificação da agricultura e a ascensão da indústria automobilística na Bahia. Walter Pinheiro concordou, notando que a agropecuária foi a maior geradora de empregos no recente processo de desconcentração econômica. A perspectiva de produto interno bruto (PIB) negativo em 2011, para Walter Pinheiro, não é motivo de preocupação.

Os três senadores concordaram em relação à importância

dos investimentos nas obras para a Copa de 2014. Para Lídice, as intervenções para a realização do mundial farão de Salvador “uma outra cidade”, levando grandes oportunidades para todo o estado. Pinheiro acrescentou que o esforço pela Copa não se resume à realização de alguns jogos, mas ao legado que eles deixarão para o estado.

Após terem elogiado os esforços conjuntos da União e do estado pela melhoria do ensino na Bahia, os senadores afirmaram sua concordância com a nova regra de distribuição de *royalties* do petróleo.

Lauro Antônio é o novo vice-presidente da CDR

Lauro Antônio (PR-SE) foi eleito vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Suplente de Eduardo Amorim (PSC-SE), ele assume o posto anteriormente ocupado pelo titular do mandato.

Ao assumir o cargo, o senador disse que “com o turismo,

temos importante ferramenta para diminuir as desigualdades regionais através de ações que fomentem a geração de emprego e renda”.

Lauro Antônio foi eleito por unanimidade, com 9 votos.

O presidente da CDR, Benedito de Lira (PP-AL), fez balanço das atividades da



Lauro Antônio assumiu mandato como suplente de Eduardo Amorim

comissão, que realizou 71 reuniões, sendo 12 fóruns nas cidades-sede da Copa de 2014.

CRM de Roraima presta homenagem a Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ressaltou que ele e outros três médicos — Hélio Macedo, Augusto Botelho e Alceste Madeira — foram homenageados pelo Conselho Regional de Medicina de Roraima por terem sido pioneiros no exercício da medicina no estado. Os quatro profissionais estão inscritos no conselho há mais de 40 anos.

— Fiquei muito orgulhoso com a homenagem — afirmou o senador, que foi o segundo presidente da entidade. Mozarildo lamentou que, apesar do momento especial de resgate da história da medicina em Roraima, o evento foi marcado também pela constatação da situação caótica da saúde pública no estado.



Pietro Fraga/Senado Federal

Sarney é condecorado com a Medalha Tamandaré

O presidente do Senado, José Sarney, foi um dos agraciados deste ano com a Medalha do Mérito Tamandaré, uma das mais altas condecorações da Marinha do Brasil, destinada a civis e militares com ação destacada em prol da corporação. Entre os condecorados, também estavam Ciro Nogueira (PP-PI) e Benedito de Lira (PP-AL).

O ato solene contou com a parti-

cipação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso; do ministro da Defesa, Celso Amorim; e do presidente da Câmara, deputado Marco Maia.

A imposição da Medalha do Mérito Tamandaré, criada em 1957, é realizada sempre no Dia do Marinheiro, em homenagem ao nascimento do patrono da Marinha, almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré.



Medalha recebida pelo presidente José Sarney foi criada em 1957 e é concedida no Dia do Marinheiro

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Restrições à propaganda de álcool

14h Na pauta, requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos seja ouvida sobre projeto que restringe a propaganda de bebidas alcoólicas.

Presidência Cerimônia em Laranjal do Jari

9h O senador José Sarney participa de cerimônia de início das obras da Usina de Santo Antônio do Jari, na Câmara de Vereadores de Laranjal do Jari (AP).
Às 16h, preside a ordem do dia.

CAS Seguro-desemprego

9h A pauta da Comissão de Assuntos Sociais, composta por 11 itens, inclui projeto (PLS 211/10) que concede seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões. No início da reunião, será votado o relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros.

CCT Cadastros de consumo

9h Um dos projetos em análise na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática assegura ao consumidor acesso gratuito via internet às informações sobre ele arquivadas em cadastros de consumo como SPC e Serasa. Também vota projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

CDH Audiência sobre direitos humanos

10h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

CCJ Estatuto da Juventude

10h Reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina projeto que institui o Estatuto da Juventude.

CE Educadores inovadores

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte homenageia os vencedores do Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011.

Em discussão! Lançamento da revista

13h Lançamento da revista *Em discussão!*, editada pelo **Jornal do Senado**, sobre o projeto do novo Código Florestal.

CMO Orçamento 2012

10h/14h30 18h/20h A Comissão Mista de Orçamento examina emendas ao Orçamento 2012, relatórios setoriais do projeto orçamentário 2012 e relatório do projeto do Plano Plurianual 2012–2015, no plenário 2 da Câmara.

Defesa civil Relatório final

14h Apresentação do relatório final da comissão temporária para avaliar e propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e elaborar proposta de constituição da Força Nacional de Defesa Civil.

CMMC Brasil na COP-17

14h Reunião na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para leitura de seu relatório final. Antes, a comissão analisa a participação brasileira na Conferência do Clima (COP-17), realizada em Durban, África do Sul.

Mercosul Títulos de pós-graduação

14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul reúne-se para, entre outros assuntos, votar projeto que trata dos títulos de pós-graduação para exercício de atividades acadêmicas nos estados-partes do Mercosul.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Pedro Franco/Senado Federal

Senadora cita, como exemplo do avanço, a Lei Maria da Penha

Para Vanessa, Brasil avançou na proteção às mulheres

Ao falar da realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, em Brasília, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que tem havido avanço nas políticas públicas voltadas para as mulheres, como a Lei Maria da Penha, de 2006.

A conferência teve a participação da presidente Dilma Rousseff. Segundo Vanessa, a presidente prometeu atender à principal reivindicação das 3 mil mulheres presentes no evento: a construção de creches públicas.

— Aprovamos aqui nesta Casa medida provisória transformada em lei que prevê uma parceria entre governo federal e estaduais para construção de creches no Brasil inteiro.



Pedro Franco/Senado Federal

Reduzir secretarias não resolve crise econômica, diz senadora

Lídice elogia Dilma por manter Secretaria para as Mulheres

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) elogiou em pronunciamento ontem a decisão da presidente Dilma Rousseff de manter a Secretaria de Políticas para as Mulheres na estrutura ministerial.

Notícias veiculadas pela imprensa davam conta de que a presidente poderia fundir alguns ministérios e acabar com as secretarias especiais. Segundo Lídice, não é com redução de secretarias que a crise econômica vai ser resolvida, já que o orçamento para esses órgãos é muito pequeno.

— A presidente reconheceu que a secretaria é fundamental para a política de seu governo — afirmou.

Comenda Dom Helder Câmara foi entregue pelo segundo ano para selecionados entre 35 indicações recebidas de todo o país

Senado homenageia seis brasileiros pela luta por direitos humanos

SEIS BRASILEIROS FORAM distinguidos pelo Senado com a comenda Dom Helder Câmara, em reconhecimento pela contribuição à luta pelos direitos humanos no Brasil. Este foi o segundo ano em que a homenagem foi realizada.

Os agraciados foram escolhidos em meio a 35 indicações enviadas de todo o país. São eles: cardeal dom Eugênio de Araújo Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro; Jair Krischke, fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos; dom Marcelo Pinto Carvalheira, arcebispo emérito da Paraíba; dom Tomás Balduino, bispo emérito de Goiás; Carlos Ayres Britto, ministro do Supremo Tribunal Federal; e Paulo César Fonteles de Lima (*in memoriam*), deputado estadual e militante pela reforma agrária no Pará. Dom Balduino e Jair Krischke compareceram à solenidade.

— Cada um a seu modo, com as peculiaridades que caracterizam a vida de cada pessoa, todos fizeram por merecer a homenagem — disse Ana Rita (PT-ES), presidente do Conselho da Comenda de Direitos Humanos.

Pedro Simon (PMDB-RS) saudou em especial o gaúcho



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Ana Rita (D), presidente do Conselho da Comenda de Direitos Humanos, destaca o merecimento das homenagens

Jair Krischke, que dedicou sua vida à proteção de cidadãos perseguidos por ditaduras na América do Sul. Na opinião de Simon, Krischke é exemplo de pureza, grandeza e humildade na luta e na resistência.

Cristovam Buarque (PDT-DF) declarou que os homenageados dão não só o exemplo, mas oferecem luzes ao país. Ele afirmou que se beneficiou dessas luzes e, assim, encontrou ideais a seguir na vida.

Marinor Brito (PSOL-PA) se disse honrada por poder partilhar, com esses agraciados, momento simbólico na revelação de que “o Senado não está aqui apenas para valorizar

os interesses das elites”.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a razão da construção de uma democracia é garantir a todos os cidadãos os direitos humanos. Ela observou ainda que a luta por esses direitos sofre constantes ameaças e, por isso, necessita de vigilância permanente.

Humanismo

Na presidência dos trabalhos, Cícero Lucena (PSDB-PB) lembrou que, quando assumiu a prefeitura de João Pessoa, em 1997, foi à casa de dom Marcelo Carvalheira e ouviu um testemunho de grandeza humanitária.

— Ele me levou para um terraço no fundo da casa e me disse: “Veja como é a vida. Enquanto meu olho esquerdo sorri, com a alegria do criador, ao ver o pôr do sol do rio Paraíba, meu olho direito chora porque avista um lixão onde cerca de 300 pessoas sobrevivem de forma desumana”. Esse é o humanista dom Marcelo — comentou o senador.

Em agradecimento pela homenagem, falaram Jair Krischke, dom Tomás Balduino, Paulo Fonteles de Lima Filho, que representou o pai, e o monsenhor Sérgio Costa Couto, que representou dom Eugênio Sales.

CDH faz balanço das atividades de 2011

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) tratou neste ano de diversos assuntos que interessam à parcela da população que precisa do Estado. A afirmação é de Lídice da Mata (PSB-BA) em audiência pública que avaliou os trabalhos realizados pela comissão em 2011. Como exemplo, a senadora destacou os debates sobre violência contra a mulher, saúde, terras indígenas, criminalização da homofobia e sobre a contaminação por chumbo em Santo Amaro da Purificação (BA).

Quando ao caso da contaminação, o deputado Luiz Alberto (PT-BA) explicou que subsidiária de empresa francesa foi instalada no município na década de 1960 e, ao encerrar suas atividades em 1993, deixou 1 milhão de toneladas de resíduos de chumbo utilizado na pavimentação das ruas e contaminou toda a população. A empresa, informou o deputado, não quer se responsabilizar pela situação e o governo brasileiro está atuando nesse sentido. Ele disse que especialistas defendem o esvaziamento e o isolamento

da cidade para evitar maiores danos às pessoas.

Sobre saúde da mulher, Ana Valéria Mendonça, da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, disse que a entidade objetiva dar a 75% das mulheres acima de 40 anos acesso à mamografia. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou “a falta de importância” que os gestores dão ao exame das mamas e a falta de fiscalização dos planos de saúde.

A comissão ouviu ainda especialistas em violência na educação, combate à corrupção eleitoral e igualdade racial. Eles afirmaram que

as escolas precisam do apoio da sociedade para educar as crianças, já que muitas vezes é a violência familiar que chega aos estudantes; que a reforma política deve combater a corrupção, pois serviços básicos como saúde, educação e segurança são os mais atingidos por desvios de recursos; e que vão pedir que o Ministério Público e o Procon exijam o cumprimento do Código de Defesa do Consumidor no que se refere ao respeito às pessoas de todas as raças.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), encerrou a audiência lembrando atividades da comissão durante o ano.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Representantes da sociedade participam da reunião na CDH, presidida por Paim



Pedro Franco/Senado Federal

Senador fala de direitos humanos

Suplicy diz que Síria, em crise, espera resposta da ONU

Em pronunciamento no Plenário, Eduardo Suplicy (PT-SP) falou de artigo publicado pela *Folha de S. Paulo* sobre o sofrimento da população da Síria. Ele disse que o texto mostra que a população local espera respostas da ONU às ações de violação dos direitos humanos cometidas no país.

Suplicy afirmou que a crise política na Síria, com manifestações populares e repressão do governo, afetou 3 milhões de sírios, que foram obrigados a mudar de cidade e até de país.

O autor do artigo é Paulo Sérgio Pinheiro, presidente da Comissão Internacional Independente de Inquérito da ONU para a Síria.



Deputada Rose de Freitas conversa com o senador José Pimentel (em pé, à direita) durante sessão conjunta

Créditos de R\$ 164,1 milhões para ministérios

Quatro ministérios foram beneficiados com a abertura de créditos no valor de R\$ 164,1 milhões, autorizada ontem pelo Congresso. Entre três projetos, o de maior volume de recursos (PLN 48/11) abre crédito especial de R\$ 116,1 milhões para o Ministério dos Transportes. Parte será utilizada nas obras do trecho Aguiarnópolis-Palmas da Ferrovia Norte-Sul. Outra parcela será destinada à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Também o Departamento

Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) será beneficiado, com recursos para a construção de travessias urbanas, pontes e trechos da malha rodoviária federal, entre outras programações. Outro projeto (PLN 52/11) beneficia os ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, com crédito suplementar de R\$ 47,7 milhões, para reforço de dotações do Orçamento em vigor. No Ministério do Planejamento, os recursos viabilizarão, por exemplo, o

pagamento de despesas administrativas e a complementação de cotas à Corporação Andina de Fomento (CAF). No Ministério das Cidades, o crédito apoiará empreendimentos de abastecimento de água no Pará e de infraestrutura urbana em municípios do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Já os R\$ 300 mil previstos no PLN 35/11, em favor do Ministério da Saúde, visam à estruturação da Santa Casa de Misericórdia São Francisco, de Buritama (SP).

Isenções para juros do capital nas empresas

Projeto que exclui os juros recebidos ou creditados, a título de remuneração do

capital próprio, da base de cálculo da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins foi

aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Cyro Miranda, que vai preparar relatório do vencido, discursa na CAE

O relatório de Eduardo Suplicy (PT-SP) foi contrário à proposição (PLS 628/07), de Valdir Raupp (PMDB-RO). Um dos argumentos de Suplicy foi a ausência de estimativa do impacto da renúncia de receita. Suplicy pediu que o relator do texto que será adotado pela comissão (relatório do vencido), Cyro Miranda (PSDB-GO), "encontre uma fórmula que contemple a lacuna identificada no projeto de Raupp".

Rejeitada mudança em normas na acumulação de prêmios de loterias

Foi rejeitada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto prevendo racionamento do prêmio principal de loterias, na ausência de ganhadores, entre apostadores que acertassem mais números (PLS 83/09). A CAE foi contrária ainda ao PLS 256/10, que isentava certos materiais escolares de tributos. Ambos tramitavam terminativamente. Rejeitou também o PLS 214/09, terminativo na CCJ, que tornava nula cláusula que impede locatários de *shopping* de instalarem estabelecimento da mesma bandeira em áreas vizinhas, e o PLC 61/11, sobre operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários, terminativo na CRA.

Regras mais rígidas para entrada de importados no mercado

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou regras mais claras e rígidas para a importação e o fornecimento de produtos estrangeiros no mercado nacional. A matéria (PLC 176/08) segue para o Plenário. O relator na comissão, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), acolheu as três emendas aprovadas na CAE, que tiveram origem em sugestões da Receita Federal do Brasil, e acrescentou mais uma, que garante aos produtos importados tratamento idêntico ao dispensado aos produtos nacionais similares.

Pinheiro aponta desindustrialização preocupante

A pauta de exportações de manufaturados, em especial os da indústria de telecomunicações, revelam uma desindustrialização preocupante, apontou Walter Pinheiro (PT-BA). Apesar de movimentarem cerca de R\$ 150 bilhões por ano no país, muitas empresas estrangeiras de telecomunicação fecharam suas portas no Brasil na

última década, afirmou. A Lei de Informática, que criou, na década de 1990, o processo produtivo básico (PPB), possibilitou redução do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 18% para 3%, lembrou o senador, mas muitas empresas "importam tudo" e não investem em pesquisa e desenvolvimento.

Paim defende aumento real a aposentados

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que não existem motivos para negar aumento real de 80% da variação do PIB para os aposentados e pensionistas. Ele avalia que o argumento para não dar o reajuste seria político e não técnico.

O senador fez apelo ao relator-geral do Orçamento, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), para que acate a recomendação do relatório setorial da área temática Trabalho, Previdência e Assistência Social, no sentido de que sejam assegurados recursos ao aumento real das pensões e aposentadorias com valor superior ao do salário mínimo.

Para ele, a Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil e os sindicatos estão dispostos a negociar com o governo.

Ana Amélia apoia ato sobre Aerus

Novo protesto de aposentados e pensionistas do extinto Instituto Aerus de Seguridade Social, entidade de previdência privada de funcionários de empresas do setor aéreo, foi registrado ontem pela senadora Ana Amélia (PP-RS). O ato ocorreu, por parte do governo, de cobranças a integralidade do pagamento de seus benefícios após a falência da Varig e a liquidação do fundo de pensão.

Ana Amélia relatou que os manifestantes cantaram o antigo *jingle Estrela Brasileira* e pediu que o Supremo Tribunal Federal acelere a tramitação de uma ação pela reposição, por parte do governo, de perdas de defasagem tarifária nos anos 80 devidas à Varig, o que beneficiaria o fundo Aerus.



Demóstenes (ao microfone) fala contra a aprovação da ministra, enquanto Simon (a seu lado) faz defesa veemente de Rosa Weber: "Vossas Excelências não se arrependem de seus votos"

Aprovada indicação de Rosa Weber para o Supremo Tribunal Federal

Conhecimento jurídico da indicada pela presidente Dilma foi motivo de debate antes da votação, especialmente por seu desempenho em sabatina na CCJ

COM 57 VOTOS a favor, 14 contra e 1 abstenção, o Senado aprovou ontem a indicação de Rosa Maria Weber Candiota da Rosa para ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Ela substitui a também gaúcha Ellen Gracie. É a segunda indicação da presidente Dilma Rousseff para integrar a corte mais importante do país. O primeiro foi Luiz Fux, escolhido para substituir o ministro Eros Grau.

A votação foi marcada por debate em torno da qualificação da magistrada para o cargo. Os senadores Pedro Taques (PDT-MT) e Demóstenes Torres (DEM-GO) questionaram o conhecimento jurídico de Rosa Weber.

Pedro Taques argumentou que a indicada não respondeu a inúmeras perguntas feitas na sabatina da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). E anunciou voto contrário. Demóstenes citou artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a suposta fragilidade de Rosa Weber.

— Ela não deu conta de ser sabatinada pela CCJ — disse. Vários senadores saíram em defesa da magistrada. Marta Suplicy (PT-SP) declarou que Rosa Weber é "extremamente preparada" e tem currículo "louvável". Segundo Marta, a ministra pode não ter respondido a algumas questões, mas o mesmo poderia ocorrer a qualquer jurista.

Simon também reconheceu que a indicada foi mal na CCJ — ela estaria tensa, segundo o senador. Mas defendeu de forma veemente a ministra, a quem disse conhecer há anos. Ele mencionou o currículo de Rosa Weber, assim como sua biografia, história e sensibilidade social. — Ela dará espírito novo ao Supremo. Voto a favor. Pelos meus 80 anos de vida e 30 anos de Senado, dou meu testemunho. Eu a conheço e será grande ministra — disse Simon, argumentando que até mesmo Demóstenes poderia deixar de responder a alguma das perguntas de Taques na CCJ.

Também manifestaram apoio à indicada Marcelo Crivella (PRB-RJ),

José Pimentel (PT-CE), Romero Jucá (PMDB-RR), Wellington Dias (PT-PI) e Ivo Cassol (PP-RO).

Currículo

Rosa Maria Weber Candiota da Rosa nasceu em Porto Alegre, em 1948. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1971, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como aluna laureada. Ingressou na magistratura em 1976, quando se tornou juíza do Trabalho. Em 1991, foi promovida, por merecimento, ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região. Em 2006, tomou posse no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Casildo Maldaner elogia STF por decisão sobre desaposentadoria

Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou o Supremo Tribunal Federal (STF) por dar caráter de repercussão geral ao recurso que discute a validade jurídica da chamada desaposentadoria. O instrumento permitiria às pessoas que continuam a trabalhar depois de aposentadas trocar a aposentadoria proporcio-



Casildo Maldaner

nal pela integral, pela renúncia ao primeiro benefício e o recálculo das contribuições recolhidas posteriormente. A decisão significa que, quando o Supremo decidir sobre o mérito da questão, outros tribunais do país deverão aplicar o mesmo entendimento a casos idênticos.

José Pimentel destaca programa que concede bolsas de estudo no exterior

José Pimentel (PT-CE) parabenizou a presidente Dilma Rousseff pelo lançamento do programa Ciência Sem Fronteiras, que distribuirá 100 mil bolsas no exterior para estudantes e pesquisadores. O senador salientou que, além de aumentar a presença brasileira em centros de excelência internacionais, o programa visa atrair pessoal qualificado para trabalhar no Brasil.

Pimentel mencionou os termos de cooperação técnica já firmados com Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França e Itália, e as tratativas com outros países visando à assinatura de novos acordos para concessão de bolsas.

A participação de entidades privadas, que contribuiram com uma oferta de 26 mil vagas no programa, também foi destacada por José Pimentel.

Comissão barra convite a Pimentel para explicações

Por 8 votos a 5, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) derrubou ontem requerimento para o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, vir ao Senado explicar acusações de tráfico de influência na sua atuação como consultor em 2009 e 2010.

A maioria governista conseguiu barrar o requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR), apesar do apoio de Ivo Cassol (PP-RO) e Pedro Taques (PDT-MT), da base do governo. Também votaram a favor do convite Aloysio Nunes

(PSDB-SP) e Cícero Lucena (PSDB-PB). Votaram contra: Aníbal Diniz (PT-AC), Jorge Viana (PT-AC), Ana Rita (PT-ES), Romero Jucá (PMDB-RR), Gim Argello (PTB-DF), Valdir Raupp (PMDB-RO), Lauro Antônio (PR-SE) e Vicentinho Alves (PR-TO). Na sessão conduzida pelo presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Aníbal afirmou que as denúncias devem ser apuradas por órgãos como o Ministério Público e a Polícia Federal. Para ele, o Senado corre o risco de "virar delegacia de polícia" se decidir investigar todos os acusados de irregularidades.



Alvaro Dias (C), autor do requerimento, disse que não há clareza sobre os serviços prestados

Oposição rebate governistas e quer mais esclarecimentos

O líder do PT, Humberto Costa (PE), alegou que Pimentel já teria prestado esclarecimentos "de forma convincente". Ele disse que o ministro não exercia cargo de consultorias e que as empresas contratantes já confirmaram que os serviços foram feitos de maneira correta. Alvaro Dias rebateu dizendo que uma das propostas da oposição é o combate à corrupção. Também acusou o governo de quebrar acordo para que convites a ministros não sejam rejeitados e afirmou que não há clareza sobre os serviços prestados por Pimentel. Jorge Viana e José Pimentel afirmaram que o ministro já prestou à imprensa e ao governo todas as informações necessárias. Já Aloysio Nunes disse que os senadores desejam apenas que o ministro esclareça ao Senado e à população se os contratos suspeitos "têm ou não alguma irregularidade".

Agripino: DEM e PSDB levarão denúncia à Justiça

José Agripino (DEM-RN) anunciou que seu partido e o PSDB irão encaminhar à Procuradoria-Geral da República cópia de reportagem publicada pela revista *Veja* desta semana que envolve dois deputados mineiros na elaboração da chamada Lista de Furnas. Divulgada durante CPI que investigou fraudes nos Correios em 2006, a lista, considerada falsa pela Polícia Federal, teria o objetivo de envolver líderes da oposição em um esquema de doações fraudulentas de campanha. A revista divulga diálogos gravados pela Polícia Federal que revelam a participação



Senador anuncia medida sobre fraude da Lista de Furnas

do deputado estadual do PT mineiro Rogério Correia e do ex-deputado Agostinho Valente, hoje no PDT, na montagem da lista. Para Agripino, ela foi feita para que o então relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), "nivelasse por baixo" os parlamentares, igualando acusados e acusadores.

Novos embaixadores têm indicação aceita

Os senadores ratificaram, ontem, indicações presidenciais para várias embaixadas. Rubem Antonio Correa Barbosa assumirá o posto de embaixador na Austrália, República das Ilhas Fiji, República de Nauru e Ilhas Salomão, cumulativamente. Miguel Gustavo de Paiva Torres representará o país

junto à República Togoleza; Fernando Apparício da Silva será embaixador na República da Guiné-Bissau; Maria Auxiliadora Figueiredo assumirá a função na Malásia, cumulativamente com o Sultanato de Brunei Darussalam; e Eduardo Ricardo Grandilone Neto será embaixador na Nova

Zelândia, cumulativamente com a República de Kiribati, a Tuvalu e o Estado Independente da Samoa. A indicação do embaixador Ruy Carlos Pereira para o cargo de delegado permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul também foi aprovada.

Vai à promulgação acordo com a OLP

O Plenário acatou projeto de decreto legislativo (PDS 242/11) que trata de Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina. O acordo foi assinado em Ramalah, em 17 de março de 2010. O projeto vai à promulgação.

O acordo tem 12 artigos, que visam estimular a cooperação entre instituições culturais; o intercâmbio de experiências, de técnicos e de especialistas nos campos das artes visuais, música, teatro, dança, cinema, museus e arquivos; contatos diretos entre museus; e iniciativas voltadas para

a promoção da produção literária. O relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Aloysio Nunes (PSDB-SP), assinala que a OLP "já é reconhecida pelo Direito Internacional como um Estado *in nascendi*, representativa que é, e assim se reconhece, do povo árabe-palestino".

Projeto de lei da Câmara foi modificado pelo Senado e volta ao exame dos deputados. Benefícios inicialmente previstos foram retirados e incluídos no Estatuto do Motorista, proposto por Paulo Paim



Caminhoneiro no posto Porto Brasil II, em Santo Estevão (BA): regras para jornada de trabalho podem reduzir acidentes

Avança a regulamentação da profissão de motorista

OS SENADORES APROVARAM ontem novo texto para o projeto de lei da Câmara (PLC 319/09) do então deputado federal Tarcísio Zimmermann que regulamenta a profissão de motorista. As normas são fruto de acordo firmado entre a Confederação Nacional do Transporte e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Uma das principais inovações da proposta é a fixação da jornada de trabalho da categoria. Por meio do acréscimo do capítulo III-A no Código de Trânsito Brasileiro, o texto proíbe os motoristas profissionais de dirigirem por mais de quatro horas ininterruptas. Após esse período de trabalho, está previsto intervalo mínimo de 30 minutos para descanso.

Em situações excepcionais, contudo, fica permitida a prorrogação por até uma hora do tempo de direção, de modo a permitir ao condutor do veículo chegar a lugar que ofereça segurança e atendimento. Além disso, os motoristas serão obrigados, dentro de um período de 24 horas, a observar intervalo mínimo de 11 horas de descanso, podendo esse tempo ser fracionado em nove horas mais duas horas, no mesmo dia.

O texto, que agora volta à Câmara dos Deputados, imputa aos empregadores, sem ônus para os motoristas, as despesas com cursos exigidos pela legislação e com um seguro obrigatório. O valor mínimo de tal seguro deverá ser correspondente a dez vezes

o piso salarial da categoria.

Com relação ao projeto original, a redação aprovada no Senado suprimiu dispositivos que instituíam um adicional de penosidade e o direito à aposentadoria especial após 25 anos de exercício da profissão.

Em resposta a Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) sobre essas alterações, o relator, Paulo Paim (PT-RS), explicou que tais benefícios deverão ser incluídos em projeto de sua autoria que cria o Estatuto do Motorista (PLS 271/08).

Durante a discussão da matéria, vários senadores destacaram a importância das medidas para aumentar o nível de segurança nas rodovias, contribuindo para a redução no número de acidentes.

Decisão sobre diploma para jornalista fica para fevereiro



Apesar do adiamento, Demóstenes afirma haver acordo para a votação

Ficou para fevereiro a votação em segundo turno da proposta de emenda à Constituição que restabelece a exigência de diploma de jornalismo para o exercício da função de jornalista.

O acordo para a votação da PEC 33/09 foi anunciado ontem pelo líder do DEM, Demóstenes Torres (GO). O texto havia sido aprovado pelo Senado em primeiro turno em 30 de novembro. O segundo turno ficou à espera de acordo entre os líderes partidários,

o que só ocorreu agora.

A PEC prevê a possibilidade de atuação de pessoas não formadas em jornalismo, que teriam o cargo de colaborador, sem vínculo empregatício com as empresas. Também seriam beneficiados os que conseguiram o registro profissional sem possuir diploma, antes da edição da lei.

A medida tenta neutralizar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de junho de 2009 que revogou a exigência do diploma para jornalistas.

Estudantes do Fies poderão ter bolsa de qualificação profissional

A qualificação profissional dos estudantes inscritos no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) que não estão no mercado de trabalho é o principal objetivo de projeto de lei (PLS 9/10) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL), a proposta segue para votação final na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto prevê abatimento de 1% do saldo devedor para

cada mês em programa de qualificação, além de bolsa de qualificação de R\$ 545 ou de R\$ 1.090, conforme a jornada da qualificação (20 horas ou 40 horas semanais). A qualificação deverá contemplar atividades vinculadas aos objetivos do curso superior do beneficiário, conforme substitutivo apresentado por Blairo Maggi (PR-MT).

Para viabilizar o programa, a União incentivará estados e municípios a celebrarem convênios para qualificação.



Waldemir Moka conversa com Blairo Maggi, autor do substitutivo

Novo acordo ortográfico volta a ser debatido pelo Senado

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) decidiu, ontem, que voltará a debater a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que passa a ser adotado em definitivo a partir de 2013. O acordo envolve os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), a reforma foi um avanço, porém, tímido. Além disso, ele ressaltou que há muitas críticas ao modo como

foi conduzida a discussão.

— Por isso, queremos trazer aqui pessoas que contestam a forma como foi feito e o que ficou no acordo e também os que defendem o resultado como o máximo que se poderia conseguir — explicou.

Já o presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR), opinou que o acordo, ao contrário de um avanço, foi um “atropelo”. Paulo Bauer (PSDB-SC) e Ana Amélia (PP-RS) assinam a proposta com Cristovam.



Cristovam considera que a reforma ortográfica foi um avanço tímido

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • José Sarney • Paulo Paim

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burl e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Ferraço avalia efeitos positivos da regulamentação da Emenda 29

Embora lamentando que não tenha sido fixado percentual mínimo de aplicação de recursos da União na área da saúde, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que é preciso registrar avanços expressivos resultantes da regulamentação da Emenda 29.



Pedro Franco/Senado Federal

Rejeição a imposto mostrou sintonia com a sociedade, afirma senador

A redefinição das despesas que serão consideradas gastos com saúde foi um deles.

Nos últimos anos, lembrou Ferraço, estados e municípios só conseguiram cumprir a exigência de aplicação mínima de 12% e 15% de suas receitas no setor de saúde pela inclusão, na conta da saúde, de diversas outras despesas, como saneamento básico, aposentadorias e merenda escolar.

Outro ponto positivo apontado pelo senador foi a derubada da possibilidade de criação de novo tributo, nos moldes da antiga CPMF.

— O Senado mostrou estar em perfeita sintonia com a sociedade brasileira — avaliou.

Humberto comemora melhora no quadro de saúde de Lula

O líder do bloco de apoio ao governo, Humberto Costa (PT-PE), registrou em Plenário a notícia da recuperação da saúde do ex-presidente Lula. De acordo com boletim divulgado na segunda-feira pela equipe médica, o tumor na laringe do ex-presidente



Pedro Franco/Senado Federal

Humberto Costa destaca sucesso do combate à filaríose em Recife

regrediu em 75%, descartando a necessidade de intervenção cirúrgica.

— Estamos felizes com a plena recuperação do presidente Lula — celebrou.

Humberto Costa, que já foi ministro da Saúde e secretário municipal da Saúde em Recife, em 2001, registrou ainda o sucesso da política de combate à filaríose, popularmente conhecida como elefantíase.

— A capital pernambucana era estigmatizada pela doença. Essa realidade mudou graças ao trabalho sério realizado pela prefeitura em 2001 — disse Humberto, acrescentando que a intenção do governo estadual é erradicar a doença até 2015.

Proposta trata de órgão doado por pessoa viva a outra com quem não tem parentesco; juiz responsável por autorizar a retirada, caso duvide que a doação é voluntária, poderá realizar audiência e pedir perícia

Senado aprova projeto que dificulta tráfico de órgãos

O SENADO APROVOU ontem projeto de lei que dificulta o comércio de órgãos humanos.

A proposta em questão trata da autorização judicial para a retirada de órgãos, tecidos e partes do corpo de pessoas vivas — destinados a transplantes — nos casos em que o doador não tem parentesco com o receptor.

Pelo texto, o juiz, uma vez convencido de que a doação é voluntária, poderá conceder a autorização para a retirada

do órgão (após manifestação do Ministério Público), mas, se ele não tiver certeza de que a doação é voluntária, poderá indicar perito que examine o caso e convocar audiência para esclarecer a situação da doação.

Pelo projeto aprovado, portanto, o juiz ganhará novas possibilidades legais de ação.

Segundo escreveu o relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o então senador Roberto Cavalcanti,

o laudo médico exigido para a petição inicial ao juiz não garante que uma doação de órgão seja voluntária, já que os médicos analisariam só as questões técnicas relativas ao transplante — sem, por exemplo, atestar ausência de “interesses obscuros e ilegais na doação”. “Não se pode transferir a responsabilidade do juiz para o médico”, considerou Cavalcanti.

O autor da proposta, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que na época era deputado federal, destacou uma questão “muito particular” do tráfico de órgãos: aquela em que o receptor procura dar “um verniz” de legalidade ao transplante ilícito. “Ele tenta fraudar a lei, iludindo o juiz para obter autorização indevidamente”, escreveu o senador.

A intenção da proposta, resumiu o relator, é evitar que o Poder Judiciário inadvertidamente dê sua chancela a atividade ilegal.

O texto aprovado ontem pelo Senado é um substitutivo do então senador Mão Santa ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 84/04, de Aloysio Nunes.



Pedro Franco/Senado Federal

Aloysio Nunes, autor do projeto original, afirma que juízes têm sido iludidos

Plenário aceita indicação de André Longo para ANS

O Plenário aprovou a indicação de André Longo para diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a reguladora do mercado de planos de saúde. Ele substituirá Hesio de Albuquerque Cordeiro, cujo mandato ter-

minou. A ANS tem, ao todo, cinco diretores.

Longo é cardiologista e conselheiro suplente por Pernambuco no Conselho Federal de Medicina. Ele diz que suas prioridades incluem a prevenção de doenças (em

vez de focar só no tratamento) e a melhoria do atendimento de saúde aos idosos.

Mais cedo, a indicação de Longo havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais, onde teve Paulo Davim (PV-RN) como relator.

Vacinas não devem estar em lei, diz Saúde

O Ministério da Saúde se diz contrário à inclusão de novas vacinas no Programa Nacional de Imunização por meio de lei, afirmou ontem o secretário de Vigilância em Saúde da pasta, Jarbas Barbosa, em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O tema do debate foi o projeto de lei de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que garante vacinação gratuita contra o papilomavírus humano (HPV) para as mulheres que tenham entre 9 e 40 anos. O HPV é responsável pelo câncer de colo de útero, que pode levar à morte.

Barbosa disse que a vacina contra o HPV é uma das três cuja inclusão no calendário público de imunização o ministério está avaliando. As outras duas são contra a

hepatite A e a varicela.

Nos estudos do Ministério da Saúde, o público-alvo da vacina contra o HPV seria meninas entre 9 e 13 anos, com o objetivo de prevenir o contágio antes do início da vida sexual. Isso porque a vacina contra o papilomavírus seria ineficaz em mulheres adultas com vida

sexual ativa, já expostas ao risco de contaminação.

Para essa parcela da população feminina, Barbosa defendeu a ampliação do acesso ao exame de papanicolau, que detecta o câncer de colo do útero, e a melhoria do tratamento das lesões causadas pelo HPV.



Márcia Kolumbe/Senado Federal

Jarbas Barbosa, Etelvino Trindade e o senador Jayme Campos debatem a vacina

Restrições ao acesso podem “judicializar” aplicação da vacina

As ponderações do representante do Ministério da Saúde fizeram a relatora do PLS 238/11, Marta Suplicy (PT-SP), perguntar se seria possível aprovar lei restringindo a aplicação da vacina por faixa etária e região.

Jarbas Barbosa disse não ver problema na segmentação por idade. Entretanto, alertou para o risco de “judicialização” da questão ao se garantir atendimento apenas aos habitantes de algumas localidades. Habitantes de outras regiões poderiam pleitear a vacinação na Justiça.

Vanessa Grazziotin disse não ter pressa em aprovar o projeto, mas, como representante de um estado do Norte, cujos municípios interioranos sofrem com a falta

de médicos e laboratórios, se mostrou convencida de que a aplicação da vacina contra o HPV é o método mais eficaz de prevenção do câncer de colo do útero.

A oferta da vacina contra o HPV a meninas de 9 a 13 anos deve impactar o orçamento do ministério em R\$ 600 milhões no primeiro ano, segundo estimativa de Jarbas Barbosa. A proteção esperada deve durar nove anos e depende da aplicação em três doses. A representante do Conselho Federal de Medicina, Vera Lúcia Fonseca, chegou a cogitar a imunização paralela de meninos dessa mesma faixa etária, na hipótese — ainda não comprovada — de romper essa cadeia de transmissão.

Defesa Civil deverá ser informada de atividades que possam exigir ações preventivas. Modificado pelo Senado, texto volta à Câmara

Aprovado projeto que determina comunicação de situações de risco

O SENADO APROVOU ontem projeto de lei que obriga pessoas físicas e jurídicas a notificarem a Defesa Civil em caso de risco produzido por suas atividades (PLC 52/08). Como foi modificado, o projeto volta para a Câmara dos Deputados.

Os órgãos competentes da defesa civil poderão requerer informações técnicas sobre

procedimentos potencialmente causadores de risco, e as autoridades poderão fazer vistorias, testes e medições para obter dados para planejamento das ações.

O projeto também obriga a adoção de medidas de segurança por parte dos responsáveis de várias atividades, como a implantação de usinas, barragens e depósitos

de explosivos. Está prevista a imposição de multas em caso de descumprimento.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi inicialmente apresentado pelo então deputado Jair Meneguelli e reapresentado pelo deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).

No Senado, foi relatado pelo então senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que deu

voto favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), classificou a aprovação do projeto como "extraordinária".

— Essa matéria vem ao encontro da importância que o assunto merece — disse Casildo.

Comissão acata incentivos para reflorestamento

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou projeto de Ana Rita (PT-ES) que autoriza a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares que fizerem reflorestamento ou regeneração florestal em suas terras. A proposta (PLS 396/11) também prevê o benefício para quem adotar práticas de conservação e recuperação de solo.

Como exemplos das práticas a serem exigidas, a senadora cita a proteção de nascentes e cursos d'água, o plantio em nível, rotação de culturas e a adubação orgânica, entre outras. Como incentivo, Ana Rita sugere a concessão de rebote, bônus e redução de juros em programas oficiais de crédito rural.

O projeto ainda será votado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa.

A CMA também aprovou requerimento de autoria de seu presidente, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), para a realização, em 2012, de uma série de audiências públicas sobre controle e avaliação das políticas públicas brasileiras.



Ações para evitar deslizamentos como o de Angra dos Reis, ano passado, devem receber mais recursos em 2012

Prevenção pode ter R\$ 285 milhões a mais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu ontem leitura e discussão de mais dois relatórios setoriais do Orçamento de 2012. Os textos referentes à Fazenda, Desenvolvimento e Turismo (área 4) e à Integração Nacional e Meio Ambiente (área 3) estão prontos para votação.

O deputado José Priante (PMDB-PA), autor do relatório sobre a área 3, ressaltou que se preocupou com os

recursos para ações de defesa civil, que devem receber quase R\$ 285 milhões a mais.

— Acatei emendas com ênfase na realização de obras preventivas de desastres — explicou o relator.

Já o relatório da área 4 foi elaborado pelo deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), com orçamentos dos ministérios da Fazenda (R\$ 21,2 bilhões), do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior (R\$ 3,1 bilhões), e do Turismo (R\$ 795 milhões).

Ao todo, são dez relatórios setoriais que precisam ser votados separadamente para serem reunidos no relatório final do Orçamento 2012.

Segundo o presidente da CMO, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a intenção é começar hoje a votação dos relatórios setoriais do Orçamento 2012.

Código Florestal pauta a revista Em discussão!



O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), anunciou em Plenário que

hoje será lançada a nona edição da revista *Em discussão!*, especial sobre os debates sobre o novo Código Florestal ocorridos no Senado. O projeto foi aprovado pela Casa no dia 6 e agora tramita na Câmara dos Deputados, para votação final.

— Gostaria de cumprimentar Fernando Cesar Mesquita [diretor de Comunicação do Senado] e, em seu nome, toda a equipe de Comunicação da Casa por esse trabalho importante de registro dos debates — afirmou Rollemberg.

Debate ampliado

A revista *Em discussão!* amplia a divulgação dos debates ocorridos nas comissões do Senado e é produzida pelo **Jornal do Senado**. O lançamento da nova edição será às 13h, no plenário 7 da Ala Alexandre Costa, com organização das comissões de Meio Ambiente; de Agricultura e Reforma Agrária; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Ciência e Tecnologia.



Dependência química: estados veem relatório

Foi apresentado ontem a deputados estaduais de todo o país, por meio de videoconferência, o relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Elaborado pela senadora Ana Amélia (PP-RS), o documento trata das áreas de ações sociais, prevenção e reinserção, segurança pública e legislação penal, saúde pública e tratamento. Também propõe que se dê mais poder à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad).

Em nove meses de atividades, senadores ouviram representantes dos governos federal, estaduais e municipais, da sociedade e ex-dependentes. Também analisaram experiências internacionais de combate às drogas.

Segundo Ana Amélia, o trabalho contribuiu para melhorar a compreensão do assunto. A subcomissão foi presidida pelo senador Wellington Dias (PT-PI). O relatório será encaminhado à Presidência da República, ministérios, governos estaduais, prefeituras, Ministério Público e OAB.

Wellington Dias destaca apresentação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar hoje relatório final da Subcomissão de Políticas Sociais sobre Dependentes de Álcool, Crack e Outros, anunciou o relator na comissão, Wellington Dias (PT-PI).

O senador registrou a participação, por meio do Interlegis, de 18 estados e de autoridades na apresentação do documento, que propõe a elaboração de 12 projetos de lei e a criação de estrutura organizacional coordenada por conselho interministerial e por secretaria específica, entre outras sugestões.

Plano de combate ao tráfico recebe elogio de Davim

O plano federal de enfrentamento ao tráfico e de atendimento a dependentes de drogas, com orçamento de



R\$ 4 bilhões até 2014, foi elogiado por Paulo Davim (PV-RN). Entre as medidas, ele destacou o aumento da oferta de tratamento ao usuário, além da ampliação das ações de prevenção e da criação da Rede Conte com a Gente, para ajuda na superação do vício e posterior reinserção social.



Wellington (2º à esq.) e Ana Amélia (C) participam de videoconferência com os estados